



ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA, DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2015, às dez horas e quarenta minutos, na sala de reunião das comissões, foi aberta pelo o Senhor Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF, Deputado Agaciel Maia, a oitava Reunião Extraordinária da Comissão, com as presenças dos Deputados: Wasny de Roure, Julio Cesar, em seguida do Deputado Rafael Prudente e, posteriormente, do Deputado Profº Israel Batista. Os trabalhos foram iniciados passando ao primeiro item, dos Comunicados, ocasião em que o Presidente informou que havia sido aprovado, pelo Colégio de Líderes, o valor de 18 milhões para as emendas parlamentares ao Orçamento de 2016. Para o Plano Plurianual – PPA, 2016-2019, o valor das emendas totalizará 72 milhões – ou seja, 18 milhões vezes quatro – por parlamentar. Com a palavra o Deputado Wasny de Roure, quem solicitou ao Presidente a possibilidade de não ser colocado em pauta, nesta reunião, o Projeto de Lei Complementar nº 30/2015, por entender que o projeto traz grande impacto para a cidade, portanto, a análise deve ser de cautela e prudência. O Presidente justificou a impossibilidade de acatar a solicitação do nobre Deputado, uma vez que o Colégio de Líderes já havia adiado a apreciação do mencionado projeto na semana anterior, bem como o acordo realizado na ocasião, de que os projetos do executivo não deveriam ser votados diretamente em plenário, e sim, submetidos às comissões previamente. Não havendo mais comunicados a fazer, o Presidente passou ao segundo item da Pauta - matérias para discussão e votação, solicitando ao Sr. Secretário que procedesse a leitura das seguintes Atas: **Ata da Audiência Pública**, realizada no dia 26.08.15, que discutiu a situação das lojas de conveniência do Banco de Brasília – BRB e a **Ata da 7ª Reunião Extraordinária**, realizada no dia 26.08.15. Após a leitura das mesmas e, colocadas em votação, foram aprovadas com três votos favoráveis e duas ausências. Em seguida, passou à apreciação, pelo processo simbólico, dos seguintes cronogramas: **Cronograma de Eventos relacionados à tramitação do Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2016, PL nº 648/2015**, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2016 – PLOA 2016” e **Cronograma de Eventos relacionados à tramitação do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2016-2019, PL nº 647/2015**, que “dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019”. Colocado em discussão e votação, os Cronogramas foram aprovados, com três votos favoráveis e duas ausências. Na sequência, passou-se a apreciação, em bloco, das seguintes Indicações: **Indicação Nº 4780/2015**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “sugere ao Senhor



Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal implantação da Guia de Transporte de Valores – GTV Eletrônica”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; **Indicação Nº 4930/2015**, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “Sugere ao Chefe do Poder Executivo, providências no sentido de encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal, Mensagem contendo o seguinte Projeto de Lei em Anexo: Inclui o Parágrafo Único no art. 4º da Lei 837, de 28 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a autonomia administrativa e financeira da Polícia Civil do Distrito Federal”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; **Indicação Nº 5024/2015**, de autoria do Deputado Sandra Faraj, que “sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem do DF (DER/DF), para providenciar a liberação da faixa exclusiva dos ônibus aos motociclistas, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; **Indicação Nº 5036/2015**, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável a implementação dos Programas de Desenvolvimento Econômico, com a fixação de empresas e indústrias, nas áreas já existentes no Riacho Fundo II”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; **Indicação Nº 5045/2015**, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal o encaminhamento de Projeto de Lei à Câmara Legislativa propondo a isenção do ITBI sobre a concessão de Direito Real de Uso Onerosa dos imóveis públicos rurais no Distrito Federal”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; **Indicação Nº 5050/2015**, de autoria do Deputado Joe Valle, que “sugere ao Chefe do Poder Executivo que encaminhe à Câmara Legislativa do Distrito Federal Mensagem contendo o Projeto de Lei anexo que dispõe sobre a composição, estrutura, competência e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal – CDRS/DF e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CRDRS e dá outras providências”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; **Indicação Nº 5115/2015**, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretária de Estado de Saúde do Distrito Federal, a nomeação dos aprovados em concurso público, para o cargo de Farmacêutico-Bioquímico”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências. Dando continuidade, o Presidente Agaciel Maia, por ser ele o relator do próximo item, passou a Presidência para o Deputado Wasny de Roure. Esse colocou em discussão e votação o item nº 04 da pauta, parecer ao **Projeto de Lei nº 669, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras



providências, relator Deputado Agaciel Maia”. Após a leitura do parecer e na fase de discussão, o Presidente Deputado Wasny de Roure anunciou que passaria a Presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Rafael Prudente, que assumiu cumprimentando todos os presentes, os integrantes da Mesa, e, especialmente, o Presidente Deputado Agaciel Maia. Após a fase de discussão, na qual, os Deputados Wasny de Roure e Agaciel Maia fizeram uso da palavra, foi iniciado o processo de votação do parecer, cujo relatório pela admissibilidade e aprovação, obteve quatro votos favoráveis e 1 ausência. Em seguida, passou ao item nº 05, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 651, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 1.254, de 08 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências,” relator Deputado Agaciel Maia. Lido o parecer, pela admissibilidade a aprovação, com rejeição da Emenda Modificativa nº 01, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, foi aprovado com cinco votos favoráveis. Em seguida, o Presidente Deputado Rafael Prudente, deu início à apreciação do item nº 03 da pauta, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei Complementar nº 30, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza, unifica o Regime Próprio de Previdência Social do DF – RPPS/DF e dá outras providências”, relator Deputado Agaciel Maia. Após a leitura do parecer, pela admissibilidade e aprovação, e encerrada a fase de discussão, na qual fizeram uso da palavra os Deputados Wasny de Roure, Rafael Prudente, Julio Cesar e o relator, foi iniciado o processo de votação do parecer, tendo sido aprovado com três votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. Em seguida, o Deputado Agaciel Maia assumiu a Presidência, informando que havia dois pareceres na pauta, para os quais ficou acordado a realização de substitutivo, e apreciação na próxima reunião; um deles seria o Projeto de Lei nº 652/2015, que trata sobre premiação do Nota Legal, e o outro que está como sugestão de extra pauta, o projeto que trata da tributação sobre cigarros e bebidas, esclarecendo que aproveitou a iniciativa do Deputado Bispo Renato, quem sugeriu que fosse feita uma composição ou um substitutivo ou emenda ao projeto em conjunto, ou com todos os Deputados, ou em conjunto com os membros desta Comissão. Para dar continuidade, assumiu a Presidência o Deputado Rafael Prudente, anunciando a apreciação do item extrapauta, discussão e votação do parecer sobre o **Processo nº 16, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “solicita aprovação, em caráter de urgência, de projeto que promova a revisão dos valores constantes do Decreto Legislativo nº 1.923/2012, publicado no DODF de 03/09/2012”, relator Deputado Agaciel Maia. O Parecer, pela admissibilidade a aprovação, foi aprovado com cinco votos favoráveis. O próximo item tratou da discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 438, de 2015**, de autoria do



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



Deputado Bispo Renato Andrade, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências, para aumentar a alíquota do ICMS nas operações e prestações internas de bebidas alcoólicas, fumo e derivados, cachimbos, cigarreiras, piteiras e isqueiros”, relator Deputado Agaciel Maia. Lido o parecer, pela admissibilidade e aprovação, e após a concessão da palavra ao Deputado Wasny de Roure, iniciou-se o processo de votação do parecer, tendo sido aprovado com cinco votos favoráveis. Assumiu a Presidência, o Deputado Agaciel Maia, agradecendo nominalmente aos Deputados membros da Comissão e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião extraordinária da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, às onze horas e cinquenta e seis minutos. Eu, Leonira Bernardes Paulino _____, Secretária desta Comissão, lavro a presente Ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo Presidente.

Deputado AGACIEL MAIA
Presidente

PUBLICADO NO DCL Nº 193, DE 21/10/15, PÁG. 21 À 24